

15/09/2017

APEOESP

57

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNTB** e **CUT**

Assembleia decide: nossa luta prossegue nas ruas

Unidade da categoria para alcançarmos vitórias

A APEOESP realizou na sexta-feira, 15 de setembro, reunião do Conselho Estadual de Representantes e assembleia estadual, após a Diretoria ser recebida pelo secretário da Educação, logo pela manhã, em reunião obtida após insistentes tentativas.

I. REUNIÃO COM A SEE

Sem perspectivas de reposição salarial

Em relação à reivindicação salarial, a resposta do secretário é a de que ainda não há nenhuma perspectiva de reajuste após três anos sem nenhuma correção salarial.

Porém, é preciso lembrar que o governo do Estado foi **condenado pela Justiça a realizar a correção dos salários dos 118 mil professores de educação básica I (PEB I), da ativa e aposentados, para equiparação do salário base ao piso nacional**. Brevemente o Tribunal de Justiça de São Paulo deverá estender este reajuste para todos os demais integrantes da carreira do magistério, tendo em vista que este aspecto consta também da sentença. Nós estamos em luta pela aplicação imediata e integral da lei do Piso Salarial Profissional Nacional.

Lutamos pela imediata implementação do Plano Nacional e Plano Estadual de Educação

Prosseguimos lutando pela reposição de 24% (de agosto de 2014 até o momento), na perspectiva do cumprimento da meta 17 do Plano Nacional de Educação e do Plano Estadual de Educação, ou seja, a equiparação dos nossos salários com a média dos demais profissionais com formação equivalente.

Encaminhamentos para a categoria O

Na reunião com o secretário, ficou acordado que não haverá prova como critério para a contratação de professores temporários (categoria O) e houve disposição do secretário para a elaboração de projeto de lei que cumpra o disposto na estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação, que define a criação de uma nova lei de contratação que assegure a esses professores direitos equivalentes aos dos efetivos. A APEOESP continuará pressionando para que este item seja cumprido, uma vez que 35 mil professores da categoria O estão ameaçados de demissão no final deste ano letivo.

De acordo com a discussão realizada sobre este problema, não basta que se resolva a questão pontual

da duzentena. É necessária uma solução estrutural e duradoura para os temporários.

Reposição de aulas

Na reunião, o secretário reafirmou que haverá reposição das aulas não ministradas nos dias 28 a 31 de março e 28/4 e que a CGRH emitirá as instruções necessárias. Lembramos apenas que a SEE já está impedida de colocar faltas injustificadas e punir professores em razão desses dias e que eventuais demissões (de temporários) e punições têm que ser revertidas.

II. ASSEMBLEIA DIA 27/10 E UNIFICAÇÃO DAS LUTAS

Frente a este quadro, a assembleia decidiu agendar para o dia 27 de outubro uma nova assembleia estadual (em horário e local a serem definidos), com posterior caminhada e participação no ato unificado do funcionalismo, que deverá ser realizado em local e horários diferentes.

O que está em perspectiva é a unificação das lutas do funcionalismo. A APEOESP defenderá em todos os fóruns a construção da greve do funcionalismo e, no plano mais geral, a organização de uma nova greve geral de toda a classe trabalhadora.

Contra as reformas: pela revogação dos retrocessos impostos pelo governo Temer

Juntamente com toda a classe trabalhadora, a APEOESP prossegue lutando contra todas as “reformas” promovidas pelo governo golpista de Michel Temer, bem como continua participando da campanha Fora Temer e, também, Fora Alckmin, pois ambos os governos aplicam a mesma política que retira direitos dos professores, dos estudantes e da maioria da população.

Estamos na luta contra a reforma da previdência, um ataque frontal à classe trabalhadora, sobretudo às mulheres, que são a maioria na nossa categoria.

A partir da próxima semana, vamos realizar a coleta de assinaturas para os projetos de lei de iniciativa popular pela revogação da Emenda Constitucional 95, que reduziu investimentos em Educação e Saúde pelos próximos 20 anos, a reforma trabalhista e a terceirização.

III. CALENDÁRIO DE MOBILIZAÇÕES

De acordo com a decisão da Assembleia e do CER, a assembleia do dia 27/10 será precedida de um calendário de atividades. Entre elas:

Tributo à Educação

Dia 15 de outubro – no Dia dos Professores, domingo – será realizado na Avenida Paulista o “Tributo à Educação”, com a participação de artistas e personalidades que apoiam a luta por educação pública de qualidade e valorização do magistério.

Dia de luta dos professores da categoria O

Realizar um dia de mobilização dos professores da categoria O no Palácio dos Bandeirantes em data a ser definida pela direção do Sindicato, antes do dia 15/10. O objetivo é impedir a demissão de 35 mil profissionais no final do ano e tentar negociar pontos importantes da nossa pauta, como o reajuste salarial.

Escolas de tempo integral

Realizar encontro estadual dos professores das escolas de ensino integral, em data a ser definida, no sentido de organizar e ampliar a luta para interromper a imposição deste projeto, que não atende aos interesses de estudantes e professores e, ao mesmo tempo, cobrar o direcionamento de recursos para a melhoria das condições de ensino-aprendizagem em todas as unidades escolares.

O atual projeto de escola de tempo integral é uma farsa. Não basta ampliar o tempo na escola. Educação integrada não é o mesmo que tempo integral e deve atender às necessidades de formação dos estudantes. A APEOESP luta por uma educação integral e integrada.

Somos todos conta a violência

A APEOESP irá realizar a divulgação de pesquisa que realizou sobre a violência nas escolas e lançar a campanha “Todos somos contra a violência”. Também irá realizar webconferência e outros debates, além de produzir materiais sobre este tema, tendo em vista o aumento do número de casos em todo o estado.

Contra o fechamento de classes e escolas

A luta contra o fechamento de escolas e classes também é uma prioridade. As subseções devem informar à Sede Central sobre ameaças de fechamento de escolas e classes e pressionar as Diretorias de Ensino para que recuem. Devem registrar a demanda por vagas nas escolas estaduais e igualmente pressionar as diretorias a atender essa demanda. Esta luta deve ser articulada com a exigência de que nenhuma classe tenha mais que 25 estudantes.

Lutamos também contra a aplicação da reforma do ensino médio e intensificaremos a luta contra a farsa da “escola sem partido”